

Audição do Dr. Carlos Manuel Álvares (Presidente do Conselho de Administração do Banco Popular), que proferiu uma intervenção inicial e respondeu a questões dos Deputados Miguel Tiago (PCP), Joana Barata Lopes (PSD), Mariana Mortágua (BE) e António Carlos Monteiro (CDS-PP).

O Sr. **Presidente** (Luís Marques Guedes): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Vamos dar início à audição do Sr. Dr. Carlos Manuel Álvares, Presidente do Conselho de Administração do Banco Popular.

Antes, porém, faremos uma breve pausa para permitir a entrada na sala do depoente.

Pausa.

Começo por cumprimentar o Sr. Dr. Carlos Manuel Álvares, que já está familiarizado com o modo como vai decorrer esta audição.

Lembro os Srs. Deputados que, numa primeira ronda, cada grupo parlamentar dispõe de 6 minutos — aos 5 minutos,

sinalizarei para não se atrasarem muito. Depois, eventualmente, haverá uma segunda ronda de 2 minutos para usarem da palavra os Deputados que queiram colocar mais questões.

O Sr. Presidente do Conselho de Administração do Banco Popular deu-me nota de que gostaria de proferir uma intervenção inicial, para o que, desde já, lhe dou a palavra.

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares** (Presidente do Conselho de Administração do Banco Popular): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de começar por fazer um enquadramento, que não vai demorar mais do que 5 a 10 minutos, para explicar um pouco qual o papel do Banco Popular Portugal neste processo.

Estamos em Portugal desde a década de 90, na altura com parcerias com o Banco Comercial Português e com o Banco Pinto e Sottomayor e depois com a abertura de uma sucursal. Em 2004, demos um empurrão grande na operação através da compra do Banco Nacional de Crédito, em meados de 2003-2004.

O Banco tem vindo a crescer de forma orgânica, a pulso, sem aquisições depois da compra efetuada em 2004. É um Banco, tal como a sua casa-mãe, muito focado no apoio ao tecido empresarial, às PME (pequenas e médias empresas) e às famílias e nesses negócios, que consideramos *core*, temos uma posição entre o sexto

e o sétimo banco, com quotas de mercado que oscilam entre os 6% e os 8%, a nível de créditos das PME, de *leasing* e de *factoring*.

O Banco tem quotas mais pequenas em negócios, como o crédito a particulares, os seguros e a gestão de ativos, conquanto na área de seguros nós já sejamos responsáveis pela gestão de uma carteira de seguros superior a 1,1 bi.

Como lhes disse, estamos focados no crescimento orgânico. Portanto, a operação em Portugal é muito focada no crescimento orgânico, sem prejuízo de não se descurarem oportunidades de crescimento por aquisição que possam surgir.

Entrava agora no tema que nos traz hoje.

Na sequência da morte do meu antecessor, Rui Semedo, em julho de 2015, e como é normal nestas circunstâncias, fui apresentar-me às autoridades e, em conversas que tive com o meu CEO, que era o CEO do Banco em Espanha — no fundo, essas conversas foram articuladas —, fui manifestar o apoio do nosso acionista à operação em Portugal, numa lógica de continuação de desenvolvimento de negócios e de crescimento, e que se a operação fosse interessante para os acionistas, não descurávamos olhar para alguma operação numa lógica de aquisição.

Estas conversas ocorreram a seguir a julho de 2015, em agosto, e é no âmbito destas conversas que admito que tenha surgido o convite para o Banco Popular espanhol, a minha casa-mãe, ser convidado para apresentar uma proposta de aquisição do BANIF em dezembro passado.

Muito rapidamente, dir-lhes-ia que o Banco Popular em Portugal tem 1200 pessoas, sendo 1196 portugueses. Portanto, 99,6% do quadro do Banco é formado por colaboradores portugueses.

Em termos de *governance*, o Banco tem um conselho de administração com quatro elementos: dois portugueses executivos, que estamos em Portugal, e dois elementos não executivos, que estão em Madrid e que vêm às reuniões de conselho todos os meses.

No seu dia a dia, o Banco é gerido por estes dois administradores executivos portugueses e mais cinco diretores centrais, que, no fundo, levam a operação bancária e as empresas do Grupo em Portugal, que são uma *leasing*, uma *factoring* e uma gestora de ativos. Destes sete colaboradores que levam a operação no seu dia a dia, seis são portugueses e um é espanhol.

Vale a pena referir — e este tema é muito importante — que nós levámos a operação cá, em Portugal, numa lógica de crescimento orgânico, mas quando surgem oportunidades de crescimento através de aquisição não só aqui, em Portugal, mas também nas zonas geográficas onde o Banco tem operações — estou a pensar nos Estados Unidos, no México e em outras geografias onde o Banco entenda fazer alguma aquisição — o Grupo socorre-se de um departamento, que se chama Desarrollo Corporativo, e que eu traduziria por «Desenvolvimento Corporativo». E é esta equipa, localizada em Madrid, que conduz todo este tipo de operações relacionadas com fusões e aquisições.

Tal como nas outras operações, também no BANIF foi essa operação, foi esse departamento que conduziu a operação.

Gostaria de dizer que eu sabia que a operação estava a ocorrer, mas não participei nela, nem eu nem outros quadros do Banco Popular em Portugal. Sabia que a operação tinha arrancado e que tinha sido lançada, mas não colaborei, não participei em reuniões onde a operação foi desenvolvida.

A minha grande preocupação são os 1200 colaboradores que tenho, os 300 000 clientes que acompanhamos, as 170 agências onde faço negócios. O meu modelo de negócio em Portugal é muito focado nas PME e nas famílias.

Em relação a operações de aquisição, não colaboro com elas. Tenho ideia de que o Grupo já olhou para cerca de seis operações de aquisição em Portugal — o BNC (Banco Nacional de Crédito), em 2003-2004, e com sucesso. Agora, mais recentemente, houve uma operação de cartões na Península Ibérica — compraram a operação que era do Barcklaycard na Península Ibérica.

Olhou também para outros *dossiers*. Lembro-me da operação do Barcklays e também desta, em que nós entrámos num momento mais à frente. Entramos num momento em que, praticamente, o negócio está resolvido e a equipa portuguesa, no fundo, entra em ação numa lógica de gestão da operação. Se posso fazer a comparação, diria que eles são mais — e passe o belicismo da questão — a força aérea e nós somos mais a infantaria.

Terminava, referindo, já agora, que o Banco Popular é um banco muito conservador, o seu ativo é quase todo composto por crédito, portanto há muito poucas operações que não tenham a ver com a banca tradicional. É um banco que, quando se envolve em operações de aquisição, gosta de fazer o seu trabalho de *due diligence*, de apreciação, e quer ter uma certeza de que o valor criado no final por um acionista está de acordo com o trabalho de campo que foi efetuado *ex ante* na realização da operação.

Tenho dificuldade em falar sobre este processo, com datas, com momentos, com reuniões, porque, efetivamente, não participei nelas. De qualquer maneira, estou disponível para responder ao que os Srs. Deputados entendam por bem perguntar, mas terei alguma dificuldade em lhes falar especificamente sobre momentos, datas ou ocorrências relacionadas com este *dossier* em concreto.

O Sr. **Presidente** (Luís Marques Guedes): — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Dando início à primeira ronda de perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Em primeiro lugar, gostava de cumprimentar o Sr. Dr. Carlos Álvares e de agradecer a sua disponibilidade, apesar de não ter aberto a reunião com grande capacidade para criar uma expectativa positiva, porque começou por dizer-nos que não sabe grande coisa sobre o processo que esta

Comissão tem vindo a investigar e sobre a qual se tem vindo a construir o inquérito. Mais do que sobre as características do Banco Popular, evidentemente que temos interesse em compreender qual foi a interação entre o Banco Popular e as instituições, as autoridades portuguesas e europeias que estavam à frente da operação de venda do BANIF, ou, melhor, da venda e da resolução do negócio do BANIF.

Vou colocar-lhe questões, independentemente da consideração de que não conhece muito bem o contexto em que elas ocorrem, mas agradecemos tudo aquilo em que nos puder ajudar.

Também registamos que há uma «força aérea», talvez, no caso, até uma chefia, que tenha uma capacidade mais aprofundada para nos poder responder, apesar de não estar em Portugal, tanto quanto percebi.

Gostava de lhe perguntar, então, quando e em que contexto e por quem é que o Banco Popular é abordado pela primeira vez para conhecer o portefólio do BANIF, que estava à venda.

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares** — Tenho dificuldade em lhe responder.

Como lhe digo, em julho/agosto, manifestei, digamos, o interesse de o Banco desenvolver a sua operação em Portugal, quer por crescimento orgânico, quer por via de uma hipotética aquisição,

mas depois não participei no processo de contacto entre as autoridades e a minha casa-mãe.

Há um momento, em que eu tenho uma participação, que é no dia 15 ou 16 de dezembro, em que, através de *e-mail*, o meu CEO me faz chegar um documento relacionado com a aquisição. O que eu fiz foi um pouco de caixa do correio, porque colocámos esse documento dentro de um envelope e fizemo-lo chegar ao Ministério das Finanças salvo erro no dia 16 de dezembro.

No fundo, foi a intervenção que tive nesse *dossier* no momento sobre o qual o Sr. Deputado questiona.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Peço desculpa, mas contacta o Ministério das Finanças com...? Não percebi.

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares** — Esse documento, que seria uma proposta não assinada, mas de compra da operação, foi por mim colocado dentro de um envelope e fiz chegar ao Ministério das Finanças, através do motorista e de uma secretária, que fez a entrega desse documento no Terreiro do Paço.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Uma oferta não vinculativa? Uma manifestação de interesse? Não estou a perceber o que era.

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares** — Sr. Deputado, vou dizer-lhe sinceramente que, na altura, não olhei para o documento.

Agora, na sequência da chamada para vir aqui à Comissão, olhei: é um documento que não é uma proposta firme, porque não está assinada. No entanto, é um documento em inglês, onde constam as condições em que o Banco Popular estaria disponível para fazer a aquisição.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E depois, ao longo do processo, não teve conhecimento do desenvolvimento, ou do acolhimento, ou de sugestões que tenham surgido na decorrência dessa manifestação de interesse não assinada?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares** — Não. Sinceramente, não tive mais informações, para além daquelas que fui vendo na imprensa.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas, tendo em conta que é a sua administração, a «infantaria», digamos assim, que conhece o terreno, não foi auscultado para construir a proposta de aquisição?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares** — Vamos lá ver, em julho/agosto, falando com os meus colegas de Madrid, eu diria que faria sentido, tendo em conta o movimento de consolidação que poderia estar a existir em Portugal, o Banco Popular ter um papel mais ativo nesse movimento.

O Banco Popular é um banco sólido, com capitais próprios adequados, com um ativo na casa dos 160 bi e, portanto, admitia que seria possível comprar uma operação com a dimensão que o BANIF tinha e que faria, obviamente, o nosso banco dar um salto qualitativo em Portugal em termos de aumento de quota de mercado. Mas não participei nem tive mais informação depois desse momento, em dezembro, de ter feito chegar esse documento ao Ministério das Finanças.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Esse documento só é entregue ao Ministério das Finanças? Não o deu à administração do BANIF? Não sabe, não tem conhecimento se essa troca...? É estranho. Não é que seja particularmente relevante, mas...

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares** — Só fiz chegar esse documento ao Ministério das Finanças, não o fiz chegar a mais lado nenhum.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Quando o Banco Popular depois estabelece contactos, não sei se foi através da sua sede em Portugal ou se da casa-mãe, com a Oliver Wyman, para entrar na fase final daquela corrida, da chamada venda voluntária, aquilo que foi colocado à venda, a base sobre a qual foi solicitado ao Banco Popular que apresentasse uma proposta era um conjunto fechado de ativos do qual já estava segregado um outro conjunto de ativos

ou havia alguma margem para negociar os ativos que iam ser adquiridos?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Sr. Deputado, lamento imenso, mas não participei, desconheço. Sinceramente, desconheço, não participei.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E não consegue dizer-nos ninguém que, em Portugal, tenha acompanhado este processo, tenha feito este acompanhamento? Repare, há um conjunto de ativos que é definido, à partida, pelo Banco de Portugal que será segregado, é colocado em venda um outro conjunto de ativos. Nunca a sua administração ou alguém, em Portugal, da parte do Banco Popular, fez essa avaliação? Foi tudo construído em Espanha? A interação foi toda através de Espanha com a Oliver Wyman — presumimos que tenha sido o contacto, o elo de ligação da parte de cá, do Banco — e o Banco Popular, em Portugal, não teve intervenção no processo nem sequer na avaliação da estratégia, na avaliação dos ativos, na definição de outro perímetro...? Nada?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não teve, tal como não têm as outras operações que temos espalhadas pelo mundo. É esta a filosofia, a forma de funcionar do Banco.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Aquela expectativa que eu tinha, agora ainda está mais em baixo. Já era baixa, no início, depois de ouvir a sua intervenção inicial, e agora ainda está mais baixa.

Gostava de lhe perguntar se tem alguma noção do porquê do facto de a proposta do Banco Popular não ter passado daquele dia em que é aplicada a resolução. Portanto, durante a venda livre, a venda voluntária, as propostas estavam todas em pé de igualdade, independentemente de umas serem *binding* e outras *non-binding*. A partir do momento da resolução já só há uma que passa, como é sabido. Tem algum conhecimento que nos possa ajudar a compreender o porquê da não passagem da proposta do Banco Popular para aquela nova fase?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não tenho conhecimento oficial mas, se quiser ouvir uma opinião pessoal, posso transmitir-lhe.

Não sei por que é que isso não aconteceu, mas, por aquilo que conheço da casa, que é uma casa muito conservadora, que gosta de olhar para os processos com uma *due diligence* apertada, que gosta de olhar para os relatórios de auditoria, fazendo as continhas todas certas, dir-lhe-ia que me dá ideia de que há uma grande alteração quando, do dia 18 para o dia 19, passamos de um modelo de venda para um modelo de resolução com venda de ativos. Isso implicaria, se calhar, uma tomada de decisões muito rápida, o perímetro que

estaria a ser comprado, se calhar, seria distinto e, portanto, por aquilo que conheço da minha casa, que é uma casa muito conservadora, admito que eles não se sentissem completamente como peixe dentro de água numa operação com esse cariz. Mas, também lhe digo, não sei se foi esse o motivo. Estou a dizer-lhe isto mas é uma opinião pessoal, fruto, um bocadinho, daquilo que conheço sobre a casa onde trabalho.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Na sua opinião, não foi eficaz a restrição da DG Comp, ou seja, acha que o Banco Popular teria condições para, se quisesse, se ter apresentado naquela fase da aquisição, apesar daquelas restrições, isto é, um balanço cinco vezes superior ao do BANIF, uma implantação em Portugal bastante sólida e a capacidade de acomodação do negócio sem perturbações?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — O Banco, quando avança para uma proposta de aquisição é porque sabe que tem capacidade para o fazer. Depois, admito que, de 18 para 19, há um processo distinto que começa e o Banco não avança. Não sei o porquê, mas a minha opinião pessoal é aquela que transmiti ao Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Uma última questão, tendo em conta que se colocou no papel da «infantaria», daqueles que têm,

digamos, a mão na massa, no terreno: caso aquele negócio tivesse vindo a ser concluído, nos termos em que, depois se vieram a conhecer, a infantaria tinha condições para espalhar a sinalética pelos balcões do BANIF, como se veio a verificar com a outra instituição bancária?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não lhe ia responder a essa pergunta, porque não sei... Quer dizer, se calhar, mudar meia dúzia de balcões seria possível. Mudar todos os balcões do BANIF num dia não seria tão fácil, mas mudar dois ou três seria possível, porque há estruturas que podem fazer isso. Mas também é uma opinião pessoal.

O Sr. **Presidente** (Luís Marques Guedes): — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sr. Presidente, antes de mais, cumprimento as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados e o Dr. Carlos Manuel Álvares.

Sr. Doutor, não percebo muito de estratégia militar, mas vamos tentar perceber o que é a «infantaria» ter a mão na massa, usando a expressão do Deputado Miguel Tiago, para perceber o que nos pode dizer sobre este processo, porque não ter conhecimento do mesmo pode invalidar que cheguemos aqui a alguma conclusão.

Gostava de tentar perceber algumas coisas que já nos disse e outras que espero que nos possa dizer, ainda que não tinha sido a «força aérea» e só a «infantaria». Por exemplo, disse-nos que a interação que teve foi no dia 16 de dezembro, quando fez chegar uma proposta ao Ministério das Finanças, e presumo que também ao BANIF. Enfim, não percebi muito bem, ainda que possa não ser completamente relevante, mas imagino que, sendo uma primeira fase da proposta, fosse também para o BANIF, isto, naturalmente, no processo de venda voluntária. Depois disso, e assumindo que essa oferta não era a oferta final, não chegou a ter nenhum outro contacto com a proposta final?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não. Aquilo que fiz chegar ao Ministério das Finanças, e só ao Ministério das Finanças, foi um documento dentro de um envelope fechado. Não li o seu conteúdo, não fiz chegar esse documento a mais nenhum lado e não conheço mais nenhum documento.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Portanto, não tem nenhuma forma de nos concretizar em que é que consistia a proposta? Ainda que fosse a «força aérea» a definir isso, o que é certo é que era quem cá estava e, portanto, quem estava envolvido com o processo no terreno. Não tem nenhuma informação sobre o conteúdo da proposta que possa partilhar connosco?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Sr.^a Deputada, nós estamos cá mas completamente virados para o crescimento orgânico, como disse há bocadinho, a cuidar das 1200 pessoas que trabalham connosco e dos 300 000 clientes. Operações de aquisição não passam mesmo por nós, passam por aquela equipa de que falei há pouco, que está sedeadada em Madrid e que faz isso com as outras geografias onde também estamos. É essa a forma de operar que temos.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Ainda assim, deu-nos nota de, nomeadamente na altura em que assume estas funções, ter percebido aqui o que podia ser também um potencial de oportunidade para o Banco Popular em Espanha, e eu, tendo isso em conta...

Nós já tivemos aqui, em audição, o Sr. Secretário de Estado do Tesouro, que manifestou surpresa, segundo ele, com uma inflexão que se registou ou terá registado na postura do Banco Popular, que, e cito, «era um dos mais interessados no BANIF mas, de um dia para o outro, terá perdido todo o interesse no Banco, apresentando a pior proposta de todas».

Pode comentar isto, considerando aquele que foi o potencial de oportunidade que viu e que terá referenciado ao Banco Popular espanhol e, enfim, aquilo que, depois, se concretizou?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Tenho dificuldade em comentar. Esta equipa em Madrid não trabalha exclusivamente com os colaboradores do Banco, tem assessores, tem consultores... Já não sei quem é que estava connosco nesta operação, mas tenho ideia de que era a Deloitte e todos eles fizeram um trabalho de casa forte e chegaram à conclusão de que a proposta que poderiam fazer era aquela de que eu não tomei conhecimento, mas seria a proposta justa e razoável para fazer naquele momento, à luz do conhecimento que tinham e que lhes foi facultado. E não sei por que é que a proposta não foi considerada tão atrativa como, eventualmente, outras terão sido.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Decorrendo daquilo que nos disse, não me sabe dizer qual é a data em que é apresentada a proposta final?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Sinceramente, não sei.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas vamos tomar a data de 16 de dezembro como a data em que fez chegar, imaginemos, esse pacote, relacionado com a intenção do Banco Popular, ao Ministério das Finanças...

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Acho que eram duas ou três folhas A4, não era um pacote.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — A data de 16 de dezembro é posterior à da notícia da TVI. Acha que a notícia da TVI pode ter tido alguma influência no facto de essa proposta se ter tornado — e cito novamente o Secretário de Estado — «a pior de todas»?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não lhe sei dizer, sinceramente.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Da sua experiência, a saída de 1030 milhões de euros em depósitos tem impacto no valor final de uma oferta para uma venda pública por outra instituição financeira?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — A minha opinião pessoal é a de que sim.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Logo, daí posso discorrer que a notícia leva a uma alteração do valor que foi ponderado inicialmente, ou seja, se antes dos 1030 milhões de euros há uma postura, naturalmente, depois dos 1030 milhões a postura é outra, porque, depreendo, diminui o valor.

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Acho que a Sr.^a Deputada está a inferir bem.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Fez algumas diligências ou foi contactado pela «força aérea», pelo Banco Popular, em Espanha, depois da notícia da TVI, para tentar perceber aqui, no terreno, o que é que ela envolvia, confirmar de onde vinha a notícia e se tinha algum impacto real, se correspondia a alguma verdade que o Banco Popular desconhecesse?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não, nunca.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Do Banco Popular espanhol ninguém lhe pediu que fizesse essas diligências?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não, ninguém me pediu.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — E por iniciativa própria também não o fez?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Também não.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Portanto, apartou-se, não era a sua responsabilidade...

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não era o meu tema.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Tem ideia de ter havido alguma orientação do banco central de Espanha junto do Banco Popular espanhol, relativamente à proposta que foi apresentada, ainda no âmbito da venda voluntária?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não, sinceramente, não tenho ideia de que possa ter havido essa orientação.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — O Secretário de Estado afirmou também aqui que o Banco de Espanha estava a levantar problemas aos bancos espanhóis para fazerem propostas. Tem algum conhecimento de uma situação destas?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Desconheço.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Pode desconhecer apenas porque há uma divisão entre a «infantaria» e a «força aérea» e não porque ela não tenha acontecido?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Mas desconheço, sinceramente.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Da forma como o viu, ainda que não tanto quanto nós gostaríamos que fosse do seu conhecimento, como classificaria o processo de venda? Acha que foi concorrencial e transparente, conforme foi afirmado aqui relativamente à venda voluntária, e é a isso que me estou a referir?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não tenho grandes comentários para fazer, mas parto do princípio de que quem olhou para as propostas, na defesa do interesse do País, dos portugueses e dos contribuintes, terá tomado as melhores decisões.

Deixe-me que lhe diga que somos sete no Comité Executivo do Banco e, por vezes, temos opiniões diferentes, mas todos queremos o melhor para o Banco. Portanto, pode haver opiniões divergentes mas todas elas, se calhar, válidas.

Aqui, neste caso, não sei, não participei, mas presumo que quem tenha estado a olhar para elas as tenha olhado numa lógica de proteção do contribuinte, no final, e dos portugueses.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Na passagem do processo de venda voluntária para o processo de venda em resolução, não sei o que nos pode dizer, porque, enfim, já percebemos que não tem muita informação.

Há pouco, foi aqui dito que a proposta não tinha sido considerada, só tinha sido considerada uma, mas a verdade é que o Banco Popular não chegou a apresentar nenhuma proposta, ainda

que tenha estado presente na reunião de sábado, dia 19. Por que é que o Banco Popular não apresentou nenhuma proposta para a venda em resolução?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Sr.^a Deputada, não lhe sei responder. Há bocado, transmiti ao Sr. Deputado Miguel Tiago a minha opinião pessoal, no sentido de que isso resultará do grande conservadorismo da nossa casa, mas não lhe sei responder.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sim, mas é feito um pedido para a deslocação a Portugal de uma equipa do Banco Popular, que se desloca a Portugal, pelo que as informações que tinham sobre o Banco — isto, pegando na resposta que deu há bocadinho ao Deputado Miguel Tiago — permitiam saber se havia interesse suficiente para a deslocação a Portugal. Tendo havido essa deslocação a Portugal, acabou por não haver nenhuma proposta.

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Sr.^a Deputada, desconheço, mas o facto de terem vindo a Portugal é, realmente, uma manifestação grande do interesse em continuar no processo. O facto de, depois, não apresentarem uma proposta é porque não se devem ter sentido confortáveis com a apresentação de uma proposta ou com a continuação do processo. Mas desconheço, não participei.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Tem ideia de quem é que fez diligências para que o Banco de Portugal estivesse presente nessa reunião de sábado, dia 19?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não tenho.

O Sr. **Presidente** (Luís Marques Guedes): — Sr.^a Deputada, disse Banco de Portugal mas queria dizer Banco Popular, não é?

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sim, Banco Popular.

O Sr. **Presidente** (Luís Marques Guedes): — É para que fique registado em ata.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Há pouco, relativamente à questão das restrições do Banco, até houve aqui uma interação entre o Deputado Miguel Tiago e o Deputado João Galamba, nomeadamente quanto à presença em Portugal, não é claro que a questão não fosse do conhecimento, porque o Governo já tinha informação, justamente desde o dia 16, de que tinha de ser um banco com presença significativa em Portugal e com as questões do tamanho do Banco.

Quando foi a passagem para a venda em resolução — tudo aquilo que eu lhe pudesse perguntar mais específico não adianta porque já nos disse que não conhece —, a que tipo de informações é que teve acesso? Tem ideia da interação que houve com a Direção-Geral da Concorrência? Durante o processo, o que é que chegou a si do Banco Popular em Espanha para que nós possamos tentar perceber e para que nos auxilie também na condução dos trabalhos?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Sr.^a Deputada, tenho imensa pena de não a poder ajudar, mas não participei no processo. Participei no «processo» — entre aspas — em agosto quando referi às autoridades que poderíamos ter interesse em crescer por aquisição. E participei quando servi para «entregar» — entre aspas — um documento no dia 16. A partir daí não participei mais.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Como com certeza será do seu conhecimento, há uma altura...

O Sr. **Presidente** (Luís Marques Guedes): — Sr.^a Deputada, peço-lhe que conclua.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Vou já terminar, Sr. Presidente.

Como dizia, há uma altura em que as instituições europeias deixam claro que já tinha havido indicações para que a venda em resolução do Banco fosse tratada com o Santander. Como é que vê as diligências que foram tidas, ainda, com o Banco Popular, nomeadamente para que viessem a essa reunião, depois de ter ficado claro que havia uma indicação para que fosse resolvido com o Santander?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Pessoalmente, tive pena, mas é a única coisa que lhe posso dizer. Acho que a operação, para nós, poderia ter interesse em tempo de crescimento de negócio, mas mais do que isto não lhe posso dizer.

O Sr. **Presidente** (Luís Marques Guedes): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Carlos Álvares e quero dizer que, depois das perguntas que foram feitas pelos Deputados Miguel Tiago e Joana Barata Lopes e das respostas que foram dadas, o Partido Socialista não pretende colocar qualquer pergunta.

O Sr. **Presidente** (Luís Marques Guedes): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, também quero começar por cumprimentar o Dr. Carlos Álvares e confesso que tenho muitas perguntas, mas, como não tem respostas para nos dar, a situação até se torna um pouco constrangedora, a não ser que me saiba dizer por que é que o destinatário da proposta de compra foi o Ministério das Finanças e não o próprio Banco. Consegue explicar-me isso?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não lhe sei dizer.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Também não conhecia a proposta que foi entregue?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Também não conhecia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Também não conhecia a proposta dos concorrentes?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Também não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É tudo. Muito obrigada.

O Sr. **Presidente** (Luís Marques Guedes): — Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Dr. Carlos Álvares.

Na sequência das perguntas que já aqui foram feitas e que não obtiveram resposta, queria fazer uma ou duas observações iniciais e, depois, colocar um conjunto de perguntas.

Hoje, estamos aqui a realizar uma audição aos responsáveis pelo Banco Popular, que apresentou uma proposta sobre o seu interesse em adquirir o BANIF, como, aliás, acabou por ser dito já pelo Sr. Doutor nesta audição.

Aquilo que também nos disse foi que não conduziu o processo. Portanto, a minha pergunta é a seguinte: quem são as pessoas a quem devemos dirigir as perguntas que temos para fazer ao Sr. Doutor e que até agora não obtiveram resposta?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Tenho todo o gosto em fazer chegar essas perguntas, se assim o entenderem, aos meus colegas em Madrid que desenvolveram este processo. Os Drs. Miguel Morales e Samuel Serrano, do Desarrollo Corporativo, são as pessoas que, normalmente, acompanham este tipo de processos em todas as geografias onde nós estamos. Portanto, se o Sr. Deputado o entender, posso fazer chegar essas perguntas a Madrid que, de certeza, terão resposta na volta do correio.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Importa-se de repetir os nomes?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Miguel Morales e Samuel Serrano, de um departamento que se chama Desarrollo Corporativo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Disse-nos também que o trabalho que foi desenvolvido por esse departamento foi apoiado, salvo erro, pela Deloitte. É assim?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Salvo erro. E também por um escritório de advogados, mas não lhe sei dizer qual foi o escritório de advogados que os apoiou em Madrid.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas esse apoio foi dado também cá em Portugal, pela Deloitte? Sabe quem foram os interlocutores da Deloitte cá em Portugal?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não lhe sei dizer. Julgo que as equipas eram todas espanholas, de Madrid.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas não sabe dizer se houve apoio da Deloitte portuguesa à Deloitte espanhola para, por sua vez, dar o apoio a esse departamento do Banco Popular?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não lhe sei dizer.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Pode, então, dizer-nos o que é que nos sabe dizer com relevância para este caso? Talvez seja mais fácil.

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — É uma pergunta interessante e eu gostaria de lhe poder responder de uma forma bastante consistente.

Aquilo que lhe posso dizer é aquilo que já disse: em julho/agosto do ano passado transmiti às autoridades que queremos continuar em Portugal e a crescer de forma consistente, muito focados no tecido empresarial. Devemos ter sido dos poucos bancos que nunca parou de crescer em crédito nos últimos anos e este ano estamos a crescer em crédito, mês contra mês, para aí em 8%. Portanto, o foco existe e a vontade de crescer também, crescimento orgânico, mas, porventura, também com hipóteses de aquisição. E foi isso que, na altura, se transmitiu às autoridades.

Mais do que isso, infelizmente, não o posso ajudar, porque não é política da casa, ou não é a forma da sua organização, conduzir processos de aquisição nas geografias onde atua. Isso é feito por equipas a nível central.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, já agora, se me permite, quem é que teve a ideia ou quem é que sugeriu que

o crescimento, que foi essencialmente um crescimento orgânico até ao verão do ano passado, passasse a ser também um crescimento com base em fusões ou aquisições? Essa mudança de estratégia foi proposta pelo Banco Popular em Portugal ou foi a administração, em Madrid, que sugeriu essa mudança de estratégia?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Seria uma segunda aquisição, porque o Banco dá um salto grande, em 2004, com a aquisição do BNC, e agora daria um novo salto com a aquisição de outra instituição.

Como lhe disse há pouco, em julho/agosto, e articulado com o CEO de Espanha, quando falei com as autoridades, falei na hipótese de crescermos organicamente, mas também de crescermos por aquisição. Portanto, foi qualquer coisa que foi articulada entre Portugal e Espanha.

A decisão, no fundo, de carregar no botão e avançar com o processo é do acionista.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas quem teve a ideia de comprar o BANIF? No fundo, é essa a minha pergunta. Foi a administração espanhola, foi o Dr. Carlos Álvares e a sua equipa ou foi Espanha que se lembrou de comprar o BANIF?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Eu posso ter aguçado o apetite do acionista, mas quem toma a decisão é o acionista.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Eu não estava a perguntar a decisão, estava a perguntar a ideia. Portanto, a ideia partiu de si, então?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — A ideia pode ter partido de mim, em julho/agosto, quando falámos sobre a hipótese de crescimento através de uma hipotética aquisição.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Como vê, às vezes, até conseguimos obter algumas respostas. Portanto, a ideia de compra do BANIF foi sua, propôs à administração do Banco Popular, em Espanha. É assim, não é? E o Banco Popular em Espanha tomou a decisão de avançar. É isto?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Sr. Deputado, talvez valha a pena referir o seguinte: a ideia de crescer por aquisição foi minha; a ideia de ser exatamente o BANIF é de Espanha. Está bem?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É importante começarmos a ter alguma informação nesta tarefa difícil de fazermos estas perguntas e de tentar obter alguma resposta.

Assim sendo, tendo a sugestão de aquisição partido do Banco Popular em Portugal, não fez qualquer acompanhamento daquilo que foram as possíveis hipóteses de crescimento por via de aquisição junto do Banco Popular em Espanha?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não, não é essa a forma de trabalhar da nossa casa. Como lhe digo, temos 1200 colaboradores, 300 000 clientes, 170 agências, temos muito com que nos entreter. Estamos muito focados no crescimento orgânico e, portanto, podemos lançar pistas, mas depois há uma equipa em Madrid que se encarrega de agarrar ou não essas pistas e de desenvolver os trabalhos.

Confesso que, particularmente, agradeço não ser envolvido nestas operações, porque cada vez que estas áreas de fusões e aquisições têm ideia de comprar qualquer coisa o trabalho que isso envolve consome muito tempo. Portanto, agradeço ao meu grupo ter este *modus faciendi* que nos permite estar completamente focados na operação que estamos a gerir e no momento em que se toma a decisão ou que se chega a um acordo para se comprar uma operação, aí sim, nós entramos e tratamos da gestão dessa aquisição.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Só para tentar sumariar um pouco aquilo que, no fundo, conseguimos perceber por esta audição, direi que a ideia de crescer por aquisição foi do

Banco Popular em Portugal, que propôs ao Banco Popular em Espanha, o Banco Popular em Espanha autonomamente procurou identificar oportunidades, dentro dessas oportunidades identificou o BANIF, razão pela qual demonstrou interesse na aquisição do BANIF. É assim, não é?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Acho que é uma forma correta de o dizer.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A escolha da Deloitte para apoiar a aquisição do BANIF foi tomada por quem?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Por Espanha.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Por Espanha, também, não é?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Faz sentido que seja Espanha, nós não acompanhámos o processo aqui.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Já nos disse isso várias vezes. Compreenda que já que o temos aqui presente tentemos perceber um pouco qual é o modelo de funcionamento do Banco Popular nesta matéria e tentar perceber, nomeadamente por que é que, a partir de determinada altura, havendo o interesse em

crescer organicamente por parte do Banco Popular em Portugal, havendo, no fundo, uma autorização, uma decisão, do Banco Popular em Espanha para que se avance com essa aquisição, nomeadamente a aquisição do BANIF, como é que de repente tudo isso vai por água abaixo. Isto porque, no fundo, traduz-se naquilo que foi um insucesso na estratégia que tinha proposto ao Banco Popular em Madrid. Não é assim?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Eu julgo que de 18 para 19 há uma alteração grande de circunstâncias, porque passamos de um processo de venda para um processo de venda que implicaria ajudas públicas, e isso obrigou à transformação desse processo num processo de venda de ativos no âmbito de um processo de resolução. Aí, como lhe digo, não participei nas reuniões, mas admito que, por aquilo que conheço da minha casa, que o conservadorismo que tem a possa ter levado a não... Vieram cá, julgo eu, no sábado de manhã, como vimos há bocadinho, mas depois não apresentaram uma proposta. Mas não consigo explicar-lhe o porquê.

Tenho essa ideia do tema do conservadorismo, mas não lhe sei dizer se terá sido isso que pesou completamente na decisão.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não sabe nem de contactos com o Banco de Espanha, nem da DG Comp por parte da equipa do Banco Popular encarregue deste processo? Não

acompanhou nenhum desses processos ou teve conhecimento que tenham sido feitos esses contactos?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — Não acompanhei, nem tive conhecimento, sinceramente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, no fundo, aquilo que nos diz é: «Falem com Espanha». É isso?

O Sr. Dr. **Carlos Manuel Álvares**: — O que lhes digo é que para terem uma informação mais avalizada sobre este processo fará sentido colocar questões a Espanha, e eu tenho muito gosto em fazê-las chegar, se esta Comissão assim o entender.

Se puder ser útil na celeridade da obtenção dessas respostas, tenho todo o gosto em colaborar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A mim só me cabe agradecer, apesar de as minhas tentativas não terem tido o maior sucesso.

O Sr. **Presidente** (Luís Marques Guedes): — Mais algum Sr. Deputado deseja, na lógica de uma segunda ronda de perguntas, usar da palavra para colocar questões adicionais ao Dr. Carlos Álvares?

Pausa.

Tomo o vosso silêncio como resposta negativa à questão que coloquei.

Agradeço a presença do Dr. Carlos Álvares e da equipa que o acompanha. Penso que, ao ter havido lapso, foi lapso desta Comissão em relação à entidade que, diretamente, deveria ser inquirida, mas, de qualquer maneira, é de registar a disponibilidade do Sr. Doutor e da sua equipa. Agradeço a disponibilidade que teve para responder a todas as questões ou para tentar elucidar a Comissão sobre o conhecimento que tinha e aquele que não tinha relativamente a este *dossier*.

Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos até às 17 horas e 30 minutos, hora para a qual está marcada a audição do representante da Apollo, que nos solicitou que a reunião fosse feita à porta fechada.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr. Presidente, dado que esta audição terminou mais cedo, se as pessoas da Apollo tivessem disponibilidade, se calhar poderíamos começar a audição mais cedo. Se tiverem disponibilidade, repito.

O Sr. **Presidente** (Luís Marques Guedes): — Pela minha parte, há todo o interesse e disponibilidade em iniciar de imediato

a reunião, mas para isso é também preciso que os Srs. Deputados não se ausentem.

Posso pedir aos serviços para contatarem a Apollo no sentido de saberem se eles têm hipótese de chegar mais cedo e, se isso acontecer, começaremos assim que eles chegarem, desde que os Srs. Deputados, pelos menos de quatro grupos parlamentares, estejam presentes.

Srs. Deputados, estão interrompidos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 57 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL